

## 1º ADENDO AO PREGÃO NA FORMA ELETRÔNICA Nº 07/2026

O MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA-PR torna público que o edital de Pregão na Forma Eletrônica nº 07/2026, cujo Objeto é a objeto Contratação de empresa especializada para o fornecimento parcelado de materiais, equipamentos e componentes, bem como para a prestação de serviços de instalação, manutenção preventiva e corretiva e modernização, restritos aos ativos não contemplados pelo Contrato de Concessão Administrativa de Iluminação Pública (PPP), regido pelo Edital nº 02/2023., com as características constantes do **ANEXO I** que integra o presente edital, com as características constantes do ANEXO I que integra o presente edital, há necessidade de alterar o seguinte, conforme segue:

Data de Abertura: 25/02/2026

Horário: 09:00 horas

Credenciamento: das 08:00 hrs do dia 06/02/2026 às 08:59 hrs do dia 24/02/2026.

### **ONDE SE LÊ:**

#### **ITEM 14**

##### **14.5 Da habilitação técnica-profissional e/ou operacional**

Execução de serviços de instalação de rede de distribuição MT/BT com fornecimento completo dos materiais.

Execução de obras ou serviços de iluminação cênica ou de destaque com fornecimento e instalação de projetores com tecnologia LED RGB.

Execução de obras ou serviços de fornecimento e instalação de luminárias autônomas com tecnologia LED solar para instalação em poste.

Cada item da Qualificação Técnica Operacional deverá ser atendido pela somatória de no máximo dois atestados.

O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá(rão) apresentar dados suficientes para a verificação de sua autenticidade, identificação da entidade expedidora e do responsável que o assinar, bem como deve propiciar a confirmação de que houve cumprimento da obrigação na forma e prazo exigidos.

Serão aceitos atestados e/ou certidões fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços.

As certidões ou atestados apresentados devem conter as seguintes informações básicas:

Nome do contratado e do contratante

Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra)

Localização e data da realização da obra

Serviços executados

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas não será considerado pela Comissão.

Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, com atestado(s) de responsabilidade técnica (ART baixada) comprovando atuação concluída em obras ou serviços de implantação, supervisão ou manutenção de sistemas de iluminação pública, abrangendo redes de baixa tensão, de potência igual ou superior ao objeto licitado.

Apresentação de atestado de atuação em coordenação ou supervisão técnica de serviços de engenharia ou obras públicas.

Comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) por meio de um dos seguintes documentos:

Carteira Profissional de Trabalho

Ficha de Registro de Empregados

Contrato de prestação de serviços

Ato constitutivo e Certidão CREA atualizada (quando dirigente ou sócio)

Declaração indicando o responsável técnico pela execução do serviço, válida até o recebimento definitivo, com registro ativo e regular no CREA.

Todos os projetos e laudos apresentados devem conter ART.

Comprovação de registro da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA.

É vedada a atuação de profissionais sem habilitação específica em Engenharia Elétrica.

Declaração formal do representante legal da empresa, atestando pleno conhecimento das condições técnicas e do local de execução.

Documentação comprobatória de habilitação, capacitação profissional ou treinamento conforme normas regulamentadoras aplicáveis, incluindo NR-10 e NR-35.

Comprovação de que a empresa está apta a trabalhar em rede de distribuição da COPEL (rede energizada MT/BT).

Capacitação técnica para integração cadastral com a base da PPP de iluminação pública.

Laudos e documentos que comprovem conformidade com normas técnicas aplicáveis, incluindo ABNT, COPEL, INMETRO e NBR 5101/2024.

## LEIA-SE:

### ITEM 14

#### 14.5 Da habilitação Técnica Operacional e Profissional

A contratada deverá dispor, obrigatoriamente, de equipe técnica e operacional em quantidade mínima conforme discriminado abaixo. Deverá, ainda, manter profissionais em número suficiente para atender toda a demanda do Município durante a vigência contratual, inclusive em situações emergenciais, de alta demanda ou de execução simultânea de serviços.

QUANT. MÍNIMA	Formação Mínima	FUNÇÃO/CARGO	DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE / RESPONSABILIDADE	Acervo Técnico Mínimo Exigido (CAT/TRT)
01	Engenheiro Eletricista	Responsável Técnico	ART e supervisão de instalações, pareceres técnicos, conformidade normativa, interlocução com CREA/concessionária	Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, com atestado(s) de responsabilidade técnica (ART baixada) comprovando atuação concluída em obras ou serviços de implantação, supervisão ou manutenção de sistemas de iluminação pública, abrangendo redes de baixa tensão, de potência igual ou superior ao objeto licitado, atendendo exigências da Resolução CONFEA 1137/2023 e Lei 14.133/2021, com indicação quantitativa e qualitativa compatível; experiência mínima sugerida: 01 obra/serviço concluído equivalente.
01	Técnico de Segurança do Trabalho	Técnico de Segurança do Trabalho	Programas PPRA/PCMSO, fiscalização EPIs/EPCs, treinamentos, relatórios (NR-10 e NR-35)	Experiência comprovada por atestado(s), currículo, declaração de pessoa jurídica, ou por documento equivalente, indicando a execução de funções equivalentes em contratos ou obras públicas/privadas de natureza administrativa
01	Superior completo (Gestão, Engenharia ou equivalente)	Gerente / Supervisor Local	Coordenação de equipes, planejamento técnico e logístico, controle de cronogramas, acompanhamento de obras, reporte à Administração, gestão do atendimento das ordens de serviço, garantia dos prazos. Apresentar atestado de atuação em coordenação/supervisão técnica de serviços de engenharia ou obras públicas	Atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando atuação em gestão, supervisão ou coordenação de obras públicas de infraestrutura elétrica, rede de iluminação, ou contratos de engenharia elétrica de porte similar ao objeto da licitação
01	Ensino Superior completo	Assistente Administrativo	Apoio documental e operacional, gestão de registros, controle de relatórios, recepção de ordens de serviço, comunicação com equipes e fiscalização, organização de arquivos de	Experiência comprovada por atestado(s), currículo, declaração da própria empresa licitante ou de contratantes anteriores, ou por documento equivalente, indicando a execução de funções equivalentes em contratos ou obras públicas/privadas de natureza administrativa

			ARTs, CATs e demais certificados	
≥ 01/equipe	Curso técnico em eletricidade	Eletricistas	Instalações, manutenção preventiva/corretiva, operação de sistemas, aplicação de normas ABNT/NBR	Documento que comprove a manutenção de redes de iluminação pública expedida por órgão competente que comprove a execução ou manutenção de rede de potência e extensão compatível com a prevista no edital; experiência individual mínima: 01 obra/serviço concluído comprovado
≥ 01/equipe	CNH categoria D	Motoristas	Apoio logístico, condução de caminhão, transporte de materiais	Apresentação da Carteira Nacional de Habilitação (CNH) válida, da categoria exigida para a condução dos veículos envolvidos na execução do contrato.
2 diurna/ 2 noturna	Equipe multidisciplinar	Equipe para novas obras/ampliações	Cada equipe composta por ao menos 1 eletricista, 1 motorista e 1 caminhão próprio/locado equipado, para manutenção diurna e noturna da rede.	Apresentação de documentação comprobatória de habilitação, capacitação profissional ou treinamento conforme regulamentação vigente, NR e normas técnicas aplicáveis ao setor elétrico. Experiência prévia não será exigida para fins de não restringir a competição.
1 equipe dedicada	Equipe multidisciplinar	Equipe para novas obras/ampliações	Composição mínima de 2 eletricistas, 2 ajudantes, 1 motorista e 1 caminhão próprio/locado equipado, para serviços de implantação, expansão ou modernização da rede.	Apresentação de documentação comprobatória de habilitação e capacitação profissional (cursos, certificados, ou treinamentos obrigatórios conforme a NR-10, NR-35 e demais aplicáveis). Não será exigida experiência prévia como requisito eliminatório, de modo a não restringir a competição.
Conforme demanda	Ensino fundamental completo	Ajudante/Auxiliar de Serviços Gerais	Apoio ao eletricista, transporte de materiais, organização do local, execução de tarefas auxiliares sob supervisão direta.	Apresentação de comprovação de conclusão do ensino fundamental e, quando aplicável, certificado de treinamento básico em segurança do trabalho. Experiência anterior não será exigida como condição obrigatória.

A quantidade de profissionais descrita acima corresponde ao mínimo exigido pela Administração. A contratada deverá dimensionar sua equipe de forma a garantir a plena execução dos serviços, ampliando o número de profissionais sempre que necessário, de acordo com a demanda do Município.

- Deve ser apresentada declaração indicando o responsável técnico pela execução do serviço, válida até o recebimento definitivo pelo licitador, na área de Engenharia Elétrica, com registro ativo e regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA). O responsável técnico deverá comprovar qualificação técnico-profissional compatível com o escopo dos serviços, nos termos da legislação vigente (Lei n. 5.194/66, Resolução CONFEA 218/73 e normas complementares).
- É obrigatório apresentar declaração formal assinada pelo representante legal da empresa, atestando pleno conhecimento das condições, peculiaridades e exigências técnicas dos trabalhos contratados, e sobre o local da obra ou serviço, assumindo integral responsabilidade pelas informações prestadas, sob as penalidades da lei. Tal declaração impede qualquer alegação futura de desconhecimento para fins de pedido de alteração contratual técnica/financeira com base em fatos já conhecidos e declarados.
- A contratada deverá apresentar comprovação de registro da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), ambos em situação regular, conforme consulta oficial e documentação expedida pelo conselho.
- É vedada a atuação de profissionais sem habilitação específica para a área de Engenharia Elétrica, devendo todos os envolvidos estar habilitados e ter atribuições legais reconhecidas no CREA/CONFEA, de acordo com a legislação e normas aplicáveis.

Estas exigências integram o processo de habilitação e demonstram total conformidade com os standards técnicos, jurídicos e fiscais para contratações de obras/serviços em engenharia elétrica na administração pública brasileira.

#### 14.5.1 Qualificação Técnico-Operacional

Para fins de comprovação de aptidão da licitante, do desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de atestados de Capacidade Técnica, que comprovem que a CONCORRENTE tenha executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal ou ainda para empresas privadas, atividades semelhantes.

Entende-se por atividade semelhante a que apresenta complexidade tecnológica e operacional igual ou superior da quantidade prevista na planilha orçamentária para instalação dos seguintes itens, conforme definido abaixo

- a) Execução de obras/serviços de iluminação com fornecimento e instalação de luminárias que utilizam tecnologia de LED ou similar, em postes da rede de energia da concessionária local, com no mínimo de 2.000 pontos de iluminação;
- b) Implantação e Operação de sistema de tele gestão de iluminação pública, com fornecimento e aplicação de materiais, com no mínimo de 3.000 pontos de iluminação;
- c) Execução de serviços de levantamento de cadastro de base georreferenciada de Iluminação Pública, com no mínimo de 3.000 pontos de iluminação;
- d) Execução de serviços de instalação de rede de distribuição MT/BT com fornecimento completo dos materiais, com no mínimo 3.000 metros;
- e) Execução de obras/serviços de fornecimento e instalação de luminárias para faixa de pedestre com tecnologia de LED, com no mínimo de 50 unidades;
- f) Execução de obras/serviços de fornecimento e instalação de luminárias autônoma solar com tecnologia de LED solar para instalação em poste, com no mínimo de 150 unidades;
- g) Execução de obras/serviços de iluminação cênica/destaque com fornecimento, instalação de projetores com tecnologia LED RGB, com no mínimo de 100 projetores;
- h) Comprovação de já ter realizado o descarte de materiais contaminantes, por empresas autorizadas.

Obs: Cada item da Qualificação Técnica Operacional deverá ser atendido pela somatória de no máximo 02 atestados.

#### 14.5.2 Qualificação Técnico Profissional

Para fins de comprovação de aptidão do(s) responsável(is) técnico(s) indicado(s) apresentados pela licitante, do desempenho de atividades pertinentes e compatíveis em características com o objeto deste Termo de Referência, por meio da apresentação de atestados de Capacidade Técnica devidamente registrados no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da região onde os serviços foram executados, que comprovem que o PROFISSIONAL tenha executado, para órgãos ou entidades da Administração Pública direta ou indireta, federal, estadual ou municipal ou do Distrito Federal ou ainda para empresas privadas, atividade de similar.

Entende-se por atividade similar a que apresenta complexidade tecnológica e operacional igual ou superior a:

- a) Execução de obras/serviços de iluminação com fornecimento e instalação de luminárias que utilizam tecnologia de LED ou similar, em postes da rede de energia da concessionária local;
- b) Implantação e Operação de sistema de tele gestão de iluminação pública, com fornecimento e aplicação de materiais;
- c) Execução de serviços de levantamento de cadastro de base georreferenciada de Iluminação Pública;
- d) Execução de serviços de instalação de rede de distribuição MT/BT com fornecimento completo dos materiais;
- e) Execução de obras/serviços de fornecimento e instalação de luminárias para faixa de pedestre com tecnologia de LED;
- f) Execução de obras/serviços de fornecimento e instalação de luminárias autônoma solar com tecnologia de LED solar para instalação em poste;
- g) Execução de obras/serviços de iluminação cênica/destaque com fornecimento, instalação de projetores com tecnologia LED RGB.

Obs: Cada item da Qualificação Técnica Operacional deverá ser atendido pela somatória de no máximo 02 atestados.

- O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(rão) apresentar dados suficientes para a verificação de sua autenticidade, identificação da entidade expedidora e do responsável que o assinar, bem como deve propiciar a confirmação de que houve cumprimento da obrigação na forma e prazo exigidos. De igual maneira deve ser possível a verificação de que o documento foi emitido para a participante (dados como nome da entidade expedidora e o respectivo CNPJ, timbre, nome e cargo do responsável que o assinar, nome e CNPJ da licitante).
- A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is), será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços que demonstrem a identificação do profissional.

- Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA, devidamente atualizada.
- Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.
- Serão aceitos atestado(s) e/ou certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços.
- Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:  
A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
  - Nome do contratado e do contratante;
  - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
  - Localização e data da realização da obra;
  - Serviços executados.
- O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.
- O(s) Atestado(s) de Capacidade Técnica deverá(rão) apresentar dados suficientes para a verificação de sua autenticidade, identificação da entidade expedidora e do responsável que o assinar, bem como deve propiciar a confirmação de que houve cumprimento da obrigação na forma e prazo exigidos. De igual maneira deve ser possível a verificação de que o documento foi emitido para a participante (dados como nome da entidade expedidora e o respectivo CNPJ, timbre, nome e cargo do responsável que o assinar, nome e CNPJ da licitante).
- A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is), será feita mediante cópia da Carteira Profissional de Trabalho, da Ficha de Registro de Empregados (FRE) ou contrato de prestação de serviços que demonstrem a identificação do profissional.
- Quando se tratar de dirigente ou sócio da empresa licitante, tal comprovação será feita através do ato constitutivo da mesma e Certidão do CREA, devidamente atualizada.
- Não será permitido apresentar comprovação de vínculo de um mesmo profissional, em mais de uma licitante, sob pena de inabilitação de ambas.
- Serão aceitos atestado(s) e/ou certidão(es) fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pelo CREA da região onde foram executados os serviços.
- Deverão ser observadas as seguintes condições na apresentação dos Atestados:  
A(s) certidão(ões) e/ou atestado(s) apresentado(s) deverá(ão) conter as seguintes informações básicas:
  - Nome do contratado e do contratante;
  - Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra);
  - Localização e data da realização da obra;
  - Serviços executados.

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas nas condições acima, não será considerado pela Comissão de Licitação.

As certidões ou atestados apresentados devem conter as seguintes informações básicas:

Nome do contratado e do contratante

Identificação do objeto do contrato (tipo ou natureza da obra)

Localização e data da realização da obra

Serviços executados

O atestado ou certidão que não atender a todas as características citadas não será considerado pela Comissão.

Certidão de Acervo Técnico (CAT) emitida pelo CREA, com atestado(s) de responsabilidade técnica (ART baixada) comprovando atuação concluída em obras ou serviços de implantação, supervisão ou manutenção de sistemas de iluminação pública, abrangendo redes de baixa tensão, de potência igual ou superior ao objeto licitado.

Apresentação de atestado de atuação em coordenação ou supervisão técnica de serviços de engenharia ou obras públicas.

Comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) por meio de um dos seguintes documentos:

Carteira Profissional de Trabalho

Ficha de Registro de Empregados

Contrato de prestação de serviços

Ato constitutivo e Certidão CREA atualizada (quando dirigente ou sócio)

Declaração indicando o responsável técnico pela execução do serviço, válida até o recebimento definitivo, com registro ativo e regular no CREA.

Todos os projetos e laudos apresentados devem conter ART.

Comprovação de registro da empresa e do(s) responsável(is) técnico(s) junto ao CREA.

É vedada a atuação de profissionais sem habilitação específica em Engenharia Elétrica.

Declaração formal do representante legal da empresa, atestando pleno conhecimento das condições técnicas e do local de execução.

Documentação comprobatória de habilitação, capacitação profissional ou treinamento conforme normas regulamentadoras aplicáveis, incluindo NR-10 e NR-35.

Comprovação de que a empresa está apta a trabalhar em rede de distribuição da COPEL (rede energizada MT/BT).

Capacitação técnica para integração cadastral com a base da PPP de iluminação pública.

Laudos e documentos que comprovem conformidade com normas técnicas aplicáveis, incluindo ABNT, COPEL, INMETRO e NBR 5101/2024.

#### **ONDE SE LÊ:**

#### **ANEXO1**

#### **ITEM 11**

Adicionalmente:

Será adotada a inversão de fases prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, com a habilitação antecedendo a fase de propostas. Essa medida assegura maior eficiência e celeridade, eliminando empresas que não atendam aos requisitos de capacidade técnica, jurídica, fiscal e econômico-financeira antes da fase de lances, evitando retrabalho, propostas inexequíveis e risco de anulação do certame.

Será exigida a pré-qualificação dos fornecedores, conforme art. 80 da Lei nº 14.133/2021, de modo a garantir que apenas empresas previamente certificadas quanto à capacidade técnico-operacional e técnico-profissional possam participar da disputa.

Essa exigência assegura a seleção de prestadores habilitados para executar os serviços de alta complexidade previstos no objeto.

A contratação também encontra fundamento:

No dever constitucional da Administração Pública de promover serviços públicos essenciais com eficiência, economicidade e sustentabilidade (art. 37, caput, da CF/88);

Na necessidade de assegurar segurança viária, mobilidade urbana, inclusão social e valorização de espaços públicos, conforme demonstrado na justificativa técnica que integra este Termo de Referência;

No interesse público de modernizar o parque de iluminação não concedido, garantindo maior

eficiência energética, redução de custos operacionais e menor impacto ambiental, em consonância com as diretrizes nacionais de sustentabilidade e eficiência energética;  
Na economicidade e eficiência administrativa, obtidas pela gestão centralizada em um único contrato, evitando fragmentação, sobreposição de responsabilidades e aumento de custos com múltiplas licitações.

Dessa forma, a contratação é medida necessária e estratégica para o Município, assegurando:

Padronização tecnológica e operacional da iluminação predial;

Ampliação do atendimento às áreas atualmente descobertas;

Atendimento ágil às demandas da população e às situações emergenciais;

Eficiência energética e sustentabilidade ambiental, com uso de luminárias LED, telegestão integrada e sistemas autônomos solares;

Redução de despesas públicas, tanto em consumo de energia quanto em custos administrativos;

Rigor técnico e segurança jurídica, com a pré-qualificação dos fornecedores e a inversão de fases para maior confiabilidade do certame.

Portanto, a presente fundamentação evidencia que a contratação proposta atende aos requisitos legais e técnicos exigidos, encontrando amparo no planejamento estratégico municipal, no princípio da eficiência administrativa e na necessidade de prestação de serviços públicos de qualidade, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

**LEIA-SE:**

**ANEXO1**

**ITEM 11**

Adicionalmente:

Essa exigência assegura a seleção de prestadores habilitados para executar os serviços de alta complexidade previstos no objeto.

A contratação também encontra fundamento:

No dever constitucional da Administração Pública de promover serviços públicos essenciais com eficiência, economicidade e sustentabilidade (art. 37, caput, da CF/88);

Na necessidade de assegurar segurança viária, mobilidade urbana, inclusão social e valorização de espaços públicos, conforme demonstrado na justificativa técnica que integra este Termo de Referência;

No interesse público de modernizar o parque de iluminação não concedido, garantindo maior eficiência energética, redução de custos operacionais e menor impacto ambiental, em consonância com as diretrizes nacionais de sustentabilidade e eficiência energética;

Na economicidade e eficiência administrativa, obtidas pela gestão centralizada em um único contrato, evitando fragmentação, sobreposição de responsabilidades e aumento de custos com múltiplas licitações.

Dessa forma, a contratação é medida necessária e estratégica para o Município, assegurando:

Padronização tecnológica e operacional da iluminação predial;

Ampliação do atendimento às áreas atualmente descobertas;

Atendimento ágil às demandas da população e às situações emergenciais;

Eficiência energética e sustentabilidade ambiental, com uso de luminárias LED, telegestão integrada e sistemas autônomos solares;

Redução de despesas públicas, tanto em consumo de energia quanto em custos administrativos;

Portanto, a presente fundamentação evidencia que a contratação proposta atende aos requisitos legais e técnicos exigidos, encontrando amparo no planejamento estratégico municipal, no princípio da eficiência administrativa e na necessidade de prestação de serviços públicos de qualidade, em estrita observância à Lei nº 14.133/2021.

**RETIRA-SE DO EDITAL**

**ANEXO 1**

ITEM 17 E 17.1 DAS EXIGÊNCIAS PARA HABILITAÇÃO.

ITEM 1.4 DA JUSTIFICATIVA PARA INVERSÃO DE FASES.

NÃO SERÁ APLICADO O PREVISTO NO ITEM 10.9 DO EDITAL.

**OBS: Informo que o critério de julgamento do referido certame será Menor Preço Global.**

**Todas as demais seções e condições do edital permanecem inalteradas.**

Maiores informações poderão ser obtidos no Departamento de Compras, no horário das 08:00h às 17:00h, ou ainda pelo fone/fax (042) 3220-1000 - Ramal 1339.

Ponta Grossa, 05 de fevereiro de 2026.

Assinado por:  
*Isabele da Veiga Moro*  
05/02/2026 - 16:28  
WH0GDHPYSI2PUHIQRDGTYG

ISABELE DA VEIGA MORO  
Secretária Municipal de Administração